

I'm not a bot

































O Direito Processual Penal é uma disciplina presente na grade curricular do Curso de Direito. A matéria é de fundamental importância para os profissionais que pretendem seguir carreira na área penal, inclusive prestando concursos públicos. Mas, afinal, o que é Direito Processual Penal? Como atua o profissional que aplica as normas penais no dia a dia? Quais são as oportunidades no mercado de trabalho? Será que a área penal é uma boa opção? Neste artigo, você terá acesso a um panorama completo com as principais informações a respeito do assunto. Vamos explicar o que é o Direito Processual Penal, como funciona, as vantagens, entre outros aspectos relevantes para quem está estudando oportunidades de carreira. Quer saber mais sobre o assunto? Continue a leitura e descubra! ? O Direito Processual Penal estuda o Código de Processo Penal — um complexo de normas e princípios que constituem instrumento técnico necessário para aplicação do direito penal. De uma forma mais simples, ele pode ser conceituado como as normas que orientam os métodos e etapas aplicados nos processos penais. Isso inclui, entre outras questões, regras envolvendo procedimentos, os prazos para ingresso com ações, requisitos dos processos, a forma como se dará a atuação do Ministério Público, entre outros. ⚡ Geralmente, o processo penal tem início a partir de um ato do Ministério Público, quando o seu representante (Promotor de Justiça), na posse dos indícios da ocorrência de um crime, oferece uma denúncia criminal dirigida ao Poder Judiciário, para que o suspeito do cometimento do crime seja processado e julgado pela instituição. Durante o curso de Direito, o estudante tem contato com todas as áreas de atuação profissional. A formação traz uma abordagem ampla de diferentes normas e especialidades. Após a conclusão do curso, é natural que o bacharel escolha uma das áreas como foco de sua atuação profissional. Com o conhecimento adquirido durante a graduação, ele pode iniciar suas atividades como advogado ou iniciar a preparação para um concurso público. Quem opta pela área penal pode seguir os dois caminhos: carreira pública ou privada. No setor privado, pode atuar como advogado criminalista. A rotina profissional deste advogado exige conhecimento profundo sobre Direito Processual Penal. Na prova da Ordem dos Advogados do Brasil, requisito básico para começar a atender como advogado, são testados os conhecimentos específicos na área penal e processual penal. Ainda, se o bacharel optar pela carreira pública, poderá atuar com foco na área criminal. Carreiras como: promotor de justiça, delegado e policial, por exemplo, demandam conhecimento em Direito Penal e Direito Processual Penal. Sim! Os profissionais que atuam na área penal são indispensáveis para o bom andamento da sociedade. É o trabalho desenvolvido pelos delegados, promotores de justiça e advogados que permite a aplicação da lei e a defesa dos cidadãos, sejam eles vítimas ou acusados. Muitos profissionais escolhem a carreira pública como motivação na defesa de vítimas de crimes e, nestes casos, o conhecimento aprofundado em direito penal e direito processual penal é indispensável. A formação em Direito oferece ao profissional uma ampla gama de possibilidades em termos de atuação. É possível trabalhar como advogado, consultor e até seguir carreira pública. ?? ?? Dentro da carreira pública, muitos concursos são direcionados para pessoas com formação em Direito, o que torna a escolha do curso uma alternativa interessante para diferentes perfis de alunos. Além da excelente remuneração, tanto para quem advoga na área de direito penal, quanto para quem opta pela carreira pública, as vantagens incluem a possibilidade de crescimento na carreira e o dinamismo presente na rotina do profissional. Para trabalhar com Direito Processual Penal e Direito Penal você precisa começar cursando uma faculdade de Direito. O curso tem cinco anos de duração e contempla o estudo de diferentes áreas do Direito, incluindo os direitos processuais. Ao escolher a instituição de ensino, opte por uma que ofereça infraestrutura adequada e um corpo docente formado por profissionais com reconhecimento no mercado jurídico. Além disso, fique atento à existência de núcleos de prática jurídica, já que eles são essenciais para a sua formação profissional. As instituições de ensino devem oferecer um bom suporte preparatório nesse sentido, com computadores, salas de atendimento e salas de audiência para as aulas de prática jurídica. Depois de concluído o curso, você pode iniciar uma pós-graduação com foco na área escolhida, levando em consideração os seus objetivos individuais de carreira, ou, pode iniciar a preparação para a OAB ou para um concurso público. É importante destacar que os concursos públicos para Promotor de Justiça e Magistratura costumam exigir comprovação de experiência prévia mínima como advogado, por isso, é importante buscar aprovação na OAB e atuar como advogado, conhecendo o dia a dia e a realidade do Direito Penal. Como você viu, o Direito Processual Penal é uma área destinada a pessoas que têm interesse em atuar profissionalmente com foco na aplicação da legislação penal. Advogados criminalistas, promotores de justiça e delegados lidam, diariamente, com atividades que envolvem a aplicação prática do conhecimento oriundo dessa disciplina. Agora é com você! Se você tem interesse em ocupar um dos cargos citados, vale a pena começar a estudar com afinco a rotina profissional, entender os desafios e as oportunidades que a carreira na área penal tem a oferecer. O advogado recém-formado poderá atuar como profissional autônomo ou como advogado associado/contratado de um escritório de advocacia. O contato com outros profissionais com mais experiência é muito útil nos primeiros anos de atuação, já que ajuda na construção da experiência e na familiarização com a rotina de trabalho. Profissionais preparados, dedicados e comprometidos com a aplicação da lei têm um diferencial competitivo e podem se destacar na busca pelas melhores vagas de trabalho. Gostou de conhecer mais sobre Direito Processual Penal? Se você sonha com uma carreira na área de Direito, aproveite que está aqui e dê o primeiro passo para conquistar o seu sonho! Inscreva-se no vestibular da Anhanguera. O processo penal se configura num dos ramos do DireitoProcesso penal é um ramo do Direito. Ele compreende normas e princípios regulamentadores do desenvolvimento e da solução dos conflitos resultantes da prática de um crime.Sesse processo trata dos procedimentos que precisam ser seguidos desde a fase de acusação de um crime até a etapa de decisão final num julgamento.O objetivo principal do processo penal é garantir a aplicação da justiça, assegurando ainda os direitos fundamentais dos relacionados a esse contexto e a devida proteção à sociedade.O processo penal remonta às antigas civilizações da Grécia e de Roma. Contudo, as bases fundamentais dele foram estruturadas ainda no período medieval, com a concretização de práticas judiciais e também da figura do juiz imparcial.Conforme o tempo passou, então o processo penal evoluiu, havendo a adoção de garantias processuais voltadas aos acusados, mas além disso ainda foram introduzidas as audiências públicas.No âmbito contemporâneo, esse processo é influenciado pelos princípios constitucionais e tratados internacionais de direitos humanos.Princípios do processo penalO processo penal possui os seguintes princípios: princípio da presunção de inocência: esse princípio jurídico é aplicado através da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ele determina que toda pessoa será considerada inocente até que a sua culpabilidade seja comprovada (até que haja prova do contrário) por meio de um julgamento justo e imparcial; Princípio da publicidade: o processo penal precisa ser público, resguardando a transparência e permitindo o controle social quanto a atuação da justiça; Princípio do contraditório e ampla defesa: garante o direito para que a acusação e a defesa produzam suas provas e argumentos, possibilitando igualdade nas condições entre os envolvidos; Princípio da verdade real: o juiz terá que ir em busca da verdade material dos fatos, não se atendo somente ao alegado pelas partes; Princípio da legalidade: segundo esse princípio, nenhuma pessoa será processada ou condenada sem que haja previsão legal para o crime atribuído. Etapas do processo penalSobre as etapas de um processo desse tipo, elas se resumem a: Investigação: é a fase inicial do processo, se tratado da busca de indícios e provas ligadas ao crime. Pode ser gerida por órgãos de polícia judiciária (órgão policial que investiga fatos referentes delitos); Inquérito policial: procedimento comandado pela polícia a fim de apurar a autoria e também a materialidade deum crime. Depois, é feito um relatório que poderia resultar no indiciamento do considerado como suspeito; Ação penal pública e privada: uma ação penal pode ser trazida pelo Ministério Público (ação penal pública) ou pelo ofendido (no caso de uma ação privada). Isso dependerá da natureza do crime; Recebimento da denúncia ou queixa: o passo seguinte é a análise feita por um juiz. Esse juiz então analisa se existem elementos mínimos para dar continuidade ao processo; Citação e resposta à acusação: o acusado é referido nome, endereço e defesa; Audiências: são feitas várias audiências ao longo do processo, incluindo a audiência de instrução e julgamento, onde sucede o debate sobre as provas apresentadas. Audiência de custódia: assegura que toda pessoa que for presa em flagrante seja rapidamente apresentada ao juiz. E o juiz é quem decidirá sobre a legalidade dessa prisão e a possibilidade de conceder uma liberdade provisória ou de decretar a prisão preventiva; Provas: para que haja um processo penal, é necessário haver provas. E essas podem ser provas periciais, documentais, testemunhais, etc. As provas são cruciais para a composição da convicção do juiz; Sentença: por fim, depois de tudo, ocorre a sentença. Essa é a decisão final do juiz, que poderia acarretar na condenação ou absolvição do acusado. RecursosJuiz, acusado, réu, promotor e advogados são os principais atores de um processo penal Os recursos se tratam de instrumentos processuais que concedem a revisão da decisão judicial através de instâncias superiores. Dentre os principais recursos em um processo penal há: apelação, habeas corpus e recurso especial e extraordinário. A apelação é inserida pela parte que se sentir lesada com a sentença, com a mesma julgada por um tribunal de justiça. Já o habeas corpus possui objetiva proteger o direito de locomoção do indivíduo, intentando evitar prisões ilegais, por exemplo. E o recurso especial e extraordinário são aqueles julgados pelos tribunais superiores, com foco em questionar decisões que violem as normas infraconstitucionais (recurso especial) ou que vão contra a Constituição Federal (recurso extraordinário). Execução da Pena Após a condenação, se a sentença for definitiva, dá-se início para o cumprimento da pena, que pode ser realizada através de prisão ou de outras medidas, a exemplo da prisão domiciliar ou da como a liberdade condicional. O acusado ainda terá direito a benefícios, como é o caso do regime semiaberto e a progressão de pena. Atores do Processo Penal Os principais personagens do processo penal são: o acusado (ou réu), a defesa (com o advogado de defesa), o Ministério Público (tanto como representante do promotor), o juiz e, nos casos de julgamento realizado pelo júri, há ainda os jurados. Cada um desses exerce um papel importante no desenrolar do processo. CitaçãoSUSA, Priscila. (19 de Julho de 2023). Processo penal - O que é, conceito e definição. Conceito.de. Algumas carreiras são tão tradicionais que se dividem em diversas áreas. É o caso do Direito Processual Penal, por exemplo, um nicho bastante valorizado do universo jurídico e que surge como uma boa opção para alunos que querem participar de processos penais. Neste artigo, vamos explicar o que é o Direito Processual Penal, além dos elementos e princípios que o compõem. Também apresentaremos os principais cargos e mostraremos quando essa Unidade Curricular aparece durante a graduação. Boa leitura! O que é Direito Processual Penal? Trata-se de um ramo jurídico baseado no Código de Processo Penal (CPP), um conjunto de normas cuja finalidade é regular a ação do Estado (isto é, das instituições de um país) e fornecer os instrumentos necessários para o cidadão se defender. Não à toa, é uma ramificação do Direito Penal, uma área que tem como principal objetivo a regulamentação do poder de punição das instituições de Estado. Essa Unidade Curricular é muito importante para os profissionais que pretendem buscar oportunidades na área de Direito Penal — inclusive, muitas questões desse assunto caem em concursos públicos. Além disso, essa área é bastante valorizada. Os profissionais que atuam no campo Penal são indispensáveis para o bom andamento das relações na sociedade. É o caso de delegados, advogados e promotores de justiça, que viabilizam a aplicação da lei e a defesa dos cidadãos (tanto as vítimas como os acusados). Como funciona essa área? São três os principais elementos do Direito Processual Penal: o autor de um processo , o Ministério Público (MP), que representa os interesses do Estado; o réu ; o juiz . O Ministério Público funciona como um representante da sociedade e processa um cidadão por conta de supostos danos que ele cometeu à comunidade. Isso porque o crime, quando comprovada a sua existência, fere os direitos da sociedade inteira. Quem opta pela área de Direito Penal pode seguir dois caminhos: carreira no setor público (no próprio Ministério Público, por exemplo) ou na iniciativa privada, como advogado criminalista. Ambas as opções exigem um conhecimento profundo sobre a legislação aplicável. De qualquer modo, o profissional que queira evoluir na carreira jurídica terá que lidar com o Direito Processual Penal. Um exemplo disso é a prova da Ordem dos Advogados do Brasil, requisito básico para atuar na advocacia — nesse exame, são testados conhecimentos específicos da área. Caso o bacharel em Direito decida optar pela carreira no setor penal, assim que ocorre. Surge a partir desta “provocação” o poder/dever do Estado de revogar determinados direitos do indivíduo autor do ilícito. Com o ilícito de justiça. Todas elas demandam conhecimentos em Direito Processual Penal. Os princípios que norteiam o Direito Processual Penal são os seguintes: devido processo legal — instrumento que garante que ninguém possa ser privado dos bens ou da liberdade sem um processo judicial integral; princípio do juízo natural — determina normas que garantem a independência e a imparcialidade do órgão julgador; princípio da verdade — estabelece que toda sentença precisa estar de acordo com os fatos que foram comprovados; princípio da publicidade — por meio desse instrumento, o público tem acesso aos autos de um processo penal; princípio do contraditório — determina que os cidadãos são iguais perante a lei e também aborda obrigações relacionadas às ações processuais; princípio de inocência — tem a finalidade de garantir que um cidadão tenha direito à inocência até que se prove o contrário; direito ao silêncio — todo cidadão acusado pode optar por permanecer em silêncio no interrogatório, de modo a não produzir provas contra si mesmo; provas obtidas de maneira ilícita — esses instrumentos não podem ser levados em conta, uma vez que infringem os direitos de privacidade e material. Quando o Direito Processual Penal é estudado na graduação? Na matriz da Anhembi Morumbi , essa Unidade Curricular aparece no sexto período, lado a lado com a Teoria Geral do Direito. No segundo período, porém, os estudantes já terão contato com o Direito Penal — área que engloba a modalidade Processual Penal. Portanto, os discentes terão uma base sólida antes de cursar a Unidade Curricular específica. Como escolher uma faculdade de Direito? Podemos citar alguns critérios e ações que podem ser levadas em conta pelo estudante para optar pela melhor graduação, como: priorizar graduações positivamente avaliadas pelo Ministério da Educação . A graduação em Direito da Anhembi Morumbi, por exemplo, recebeu a nota 5 do MEC; pesquisar o histórico acadêmico de grandes figuras jurídicas . Desse modo, será possível conseguir algumas dicas da trajetória de profissionais que se deram muito bem no mercado; procurar informações sobre os diferentes modelos de vestibular e as outras formas de ingresso de cada Instituição de Ensino Superior (IES) que chame a atenção; conversar com profissionais da área em convênções e eventos jurídicos que sejam abertos ao público em geral. Assim, será possível ter alguns insights relacionados às boas faculdades e a ao que priorizar nelas; buscar IESs que aliem à prática ao conhecimento teórico. Para o futuro profissional do Direito, desenvolver a capacidade de argumentar e de montar peças processuais é fundamental, entre outros exemplos; analisar a matriz curricular . Nem toda faculdade é igual, então é importante visualizar como cada uma delas prioriza determinados conteúdos. Um estudante que queira seguir a carreira Penal, por exemplo, pode verificar se esse tema é abordado desde o início; conversar com ex-alunos das faculdades que despertem o interesse . É possível procurá-los nas redes sociais e ler as avaliações que eles deixaram sobre a Instituição de Ensino Superior. Confira as opiniões deles com atenção, principalmente em relação aos pontos positivos e negativos; priorizar faculdades que ofereçam uma boa infraestrutura . Não é porque Direito é um curso de Humanas que os alunos não precisarão de computadores — para escrever as peças processuais, por exemplo. Por isso, Instituições de Ensino Superior com instalações modernas saem na frente; prestar atenção especial às faculdades que tenham modelos de parceria direta com empresas . Com isso, os alunos poderão enfrentar desafios reais da profissão escolhida, o que gera uma boa vantagem competitiva para o momento em que eles chegarem ao mercado ou buscarem estágios. Entendido o conceito de Direito Processual Penal e o momento em que se estuda esse assunto na graduação, já é possível se debruçar sobre as oportunidades de carreira da área. Para quem sempre quis ser um delegado ou se juntar ao Ministério Público , por exemplo, esse tema é de suma importância. A leitura foi produtiva? Assine a nossa newsletter e leia outros conteúdos no blog! Ouça este artigo: Direito Processual Penal é o ramo do direito público dedicado ao estudo da aplicação jurisdicional do direito penal, sistematizando os órgãos relacionados e seus respectivos auxiliares. A matéria processual tem como objetivo trazer a matéria penal da mera abstração à realidade, dando as ferramentas necessárias para que este possa ser aplicado. Com esse objetivo estabelecido, sua finalidade será a de definição da relação jurídica nascida do ilícito penal, assim que este ocorre. Surge a partir desta “provocação” o poder/dever do Estado de revogar determinados direitos do indivíduo autor do ilícito. Com o ilícito penal, surge a relação processual penal, uma “pirâmide” que será composta de autor do processo (Ministério Público), réu e juiz. Considera-se como vítima imediata do crime a sociedade, que é representada pelo Ministério Público. O ofendido possui interesse individual na ação, mas ele não faz parte de tal relação por esta tratar-se justamente de matéria processual. No matéria processual penal temos como provas possíveis de admissão a documental e a testemunhal, sendo que a prova documental admite sempre o exercício contraditório pela parte contrária, ou seja, é sempre aberto um canal para que a parte contrária negue ou prove inefetiva a prova documental apresentada. Já na prova testemunhal, estabelece-se que as testemunhas devem ser arroladas desde a chamada petição inicial, (em outras palavras, o documento que inaugura o litígio). Os princípios que norteiam a matéria são: Princípio da verdade real/material: Estabelece que toda sentença deve estar de acordo com os fatos provados verdadeiros. Princípio da legalidade/obrigatoriedade: Aqui a máxima é de que todo o ilícito em que é atribuída a tomada de providências pelo Poder Público, este deve necessariamente atuar. Princípio da indisponibilidade da ação penal: Neste princípio, derivado natural do princípio da legalidade/obrigatoriedade, o Ministério Público, representante da sociedade, não pode escolher entre propor ou não ação de sua competência, bem como escolher ou não continuar com determinada lide. Princípio da oficialidade: Este princípio estabelece que o Estado tem o dever soberano de agir e de determinar as normas de conduta delituitosa bem como a sanção penal correspondente. Princípio da publicidade: O princípio da publicidade estabelece que os atos processuais são públicos, portanto, acessíveis ao cidadão comum, vedado o sigilo das informações contidas no mesmo. Princípio do contraditório: No princípio do contraditório está assegurada igualdade de direitos e obrigações e relação à matéria processual. Princípio da iniciativa das partes: Tal princípio estabelece que as partes devem impulsionar a ação jurisdicional, sendo inadmissível a atuação de ofício (entenda-se “por conta própria”) do juiz. Texto originalmente publicado em artigo foi útil? Considere fazer uma contribuição. O direito processual é aquele que diz respeito aos processos civis e criminais. Trata-se do ramo do direito cuja função é a organização dos tribunais de justiça e a supervisão das pessoas que participam dos processos judiciais. O direito processual, por conseguinte, abarca o conjunto de normas que regulam todos os aspectos da função jurisdicional do Estado e que estipulam os trâmites a seguir pelo direito positivo em casos concretos. Os conceitos básicos do direito processual são a jurisdição (a obrigação de os tribunais darem a conhecer, julgarem e executarem o condenado), a ação (quando uma pessoa solicita à jurisdição que se pronuncie sobre algum assunto) e o processo (as ações judiciais relacionadas com a efetiva realização do direito material). O direito processual, para além de ser um dos ramos do direito público (regula a competência dos tribunais), é formal (regula a jurisdição), instrumental (é um instrumento para o cumprimento do direito substancial) e autónomo (não está subordinado a outras áreas do direito). O direito processual pode dividir-se em vários ramos: direito processual civil, direito processual constitucional, direito processual penal, direito processual laboral e direito processual administrativo. A seguir explicaremos mais sobre cada um desses ramos do direito: Direito Processual Civil – O direito processual civil compreende princípios e normas que servem de orientação para a jurisdição. Em outras palavras, essa ramificação do direito processual é quem determina as bases necessárias para os procedimentos judiciais e procedimentos extrajudiciais. Logo, esse é um ramo do direito processual que faz a regulamentação dos procedimentos do direito civil. Assim sendo, os assuntos que sejam de interesse de natureza civil, tais como discussões sobre direito material civil, podem ser atendidos de acordo com os padrões formais quais são determinados previamente pelo poder judiciário. Direito Processual Constitucional – Esse ramo do direito abarca preceitos que tem o objetivo de regulamentar o exercício da jurisdição constitucional, em outras palavras, ela envolve a implementação jurisdicional das normas presentes na Constituição. Direito Processual Penal - Ramo do direito público que dedica-se a estudar a implementação jurisdicional do direito penal. Para isso ele faz a sistematização dos órgãos que possuem relação e também de outros que os auxiliam. Direito Processual Laboral – O direito processual laboral ou direito processual do trabalho é aquele que envolve os processos no tocante ao trabalho, sendo essa uma especialização da jurisdição não penal. Cabe mencionar que no Brasil esse é um direito que ainda não possui um código próprio para se amparar. Direito Processual Administrativo – Por fim, o direito processual administrativo trata dos processos administrativos, em outras palavras, ele envolve uma série de procedimentos administrativos que estão relacionados com o direito público e que objetivam atender as necessidades que sejam de interesse público. Ainda é possível fazer outra divisão em função do seu objeto. O direito processual orgânico é aquele que analisa a organização e as atribuições dos tribunais e os seus estatutos. Por outro lado, o direito processual funcional estuda os processos e as respectivas ações. Por fim, destacaremos que as fontes do direito processual podem ser de produção (naturais ou positivas, as quais, por sua vez, podem ser diretas ou indiretas) ou de conhecimento (concretizam as fontes de produção). CitaçãoEquipe editorial de Conceito.de. (3 de Maio de 2012). Atualizado em 30 de Janeiro de 2020. Direito processual - O que é, conceito e definição. Conceito.de.